

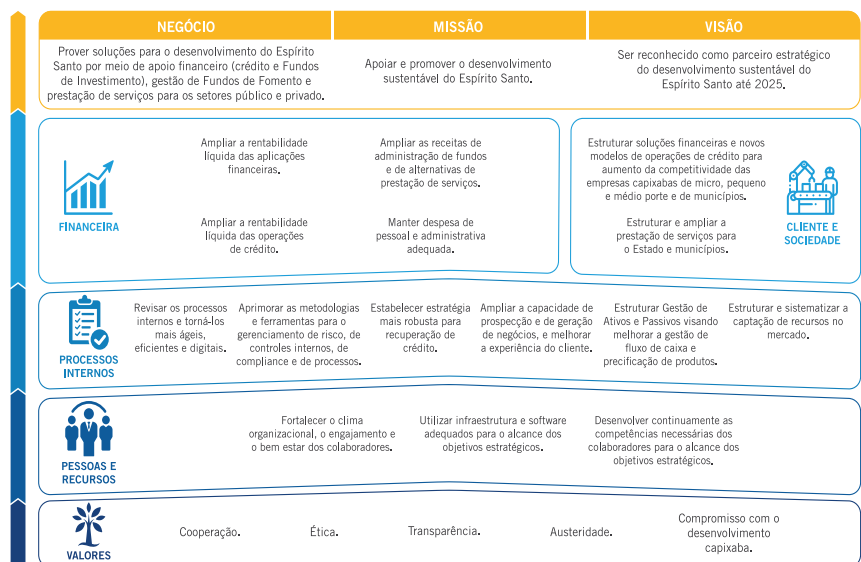
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação do seu Conselho de Administração (CONAD) este Relatório de Administração referente ao ano de 2022, acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

1. A Empresa

O BANDES é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SEDES), sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. O BANDES tem a missão de apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo e o seu negócio é prover soluções para o desenvolvimento do Estado por meio de apoio financeiro, gestão de Fundos de Fomento e prestação de serviços para os setores público e privado.

No Plano Estratégico 2021-2025 o Banco reforçou sua atuação prioritária na oferta de crédito para investimentos e direcionou esforços para o alcance dos objetivos de tornar os processos internos mais ágeis e digitais, aprimorar a gestão de riscos, estabelecer estratégia robusta de recuperação de crédito, desenvolver competências nos colaboradores e garantir os recursos adequados, bem como a sustentabilidade financeira da própria instituição. Além disso, expressou o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), definindo as frentes de atuação com potencial de apoio: municípios capixabas, energia renovável e meio ambiente, micro e pequenas empresas, inovação e recuperação econômica após desastres.

Mapa Estratégico 2021 / 2025

2. Finanças

Em 2022, o BANDES registrou lucro de R\$ 70,0 milhões, resultado decorrente, sobretudo, da estruturação das aplicações financeiras, de recuperação de créditos baixados como prejuízo e da renda com operações de crédito.

O Patrimônio Líquido do Banco alcançou R\$ 383,8 milhões em dezembro de 2022: aumento de 22% em relação a 2021.

O BANDES encerrou o exercício de 2022 com a rentabilidade líquida das aplicações financeiras dos seus recursos próprios em 100% do CDI. Mesmo com o impacto da marcação à mercado dos títulos públicos ao longo do ano, a rentabilidade líquida das aplicações financeiras foi mantida próxima ao CDI graças à gestão ativa das disponibilidades, ao controle e à diversificação da alocação dos recursos.

A renda com aplicações financeiras saltou de R\$ 37,3 milhões em dezembro 2021 para R\$ 101,0 milhões em 2022, e foi o melhor resultado já registrado pelo BANDES. O ganho com prestação de serviços, que inclui a administração dos fundos de fomento, também aumentou com relação ao ano anterior, chegando a R\$ 24,0 milhões, um incremento de 23%.

Em dezembro de 2022, a inadimplência da Carteira de Crédito do BANDES alcançou 2,4%, uma diminuição de 23% em comparação ao registrado em dezembro de 2021. Este é o menor patamar desde 2014.

Com relação a composição de funding, cabe mencionar a renovação do CDB para o Estado, por meio da Secretaria de Fazenda, no valor de R\$ 86 milhões, com extensão do prazo de vencimento para abril de 2026. Além disso, o BANDES manteve a nota AA, após reavaliação pela agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings, possibilitando ao Banco captação de recursos no mercado e com melhores taxas.

Por fim, ainda na perspectiva financeira, por meio de leilões administrativos, fiduciários e vendas diretas, o BANDES concretizou a venda de 40 bens não de uso, totalizando R\$ 13,4 milhões.

3. Clientes e Sociedade

No ano de 2022 o valor liberado em operações de crédito foi de R\$ 122,6 milhões, que somados aos demais recursos disponibilizados para investimento e capital de giro atingiram o total de R\$ 1,1 bilhão, valor 22% superior ao alcançado em 2021, com geração/manutenção de 10.397 empregos. Esse montante de recursos compreende:

- R\$ 69,4 milhões em operações de crédito com risco do BANDES;
- R\$ 53,2 milhões em operações de crédito com risco dos fundos de desenvolvimento administrados pelo BANDES;
- R\$ 790,2 milhões provenientes dos financiamentos Fundap;
- R\$ 220,6 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados ao Funsaf, Programa Reflorestar, Funcitec, Fundap Frete e Fundação Renova / Saneamento Prefeituras.

O saldo de operações de crédito da carteira do BANDES encerrou o ano de 2022 em R\$ 468,7 milhões. A participação da atividade agropecuária, que em 2021 representava mais da metade do saldo da carteira, reduziu para 42,3%. O setor de serviços participa com 25,4% e a indústria, que encerrou 2021 com 15,0%, agora representa 20,5%. O setor de comércio detém 6,6% e a administração pública 5,2%. A desconcentração por setores econômicos reflete a mudança de posicionamento de mercado, o foco de atuação no crédito e fomento para indústria, comércio, serviço e setor público.

Cabe destacar que, dos R\$ 122,6 milhões liberados em operações de crédito no ano de

2022, o percentual de 50% foi destinado para empresas de médio porte e 47% para MPes. Além disso, 35% deste valor foi aplicado em empresas com controle acionário feminino.

A carteira de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) gerida pelo BANDES passou a ter um capital comprometido de R\$ 290 milhões, sendo R\$ 250 milhões com o início da operação do FIP FUNSES1 em março, com recursos do Fundo Soberano do Estado do ES, R\$ 10 milhões com a participação direta do BANDES no FIP Criatec3 e R\$ 30 milhões, com a utilização de recursos do Fundes, nos FIPs: Primatex, Seed4Science, Fundo Anjo e Trivella M3 VC4. No total, em 2022, foi repassado para os fundos o montante de R\$ 42,6 milhões.

Em 2022 o BANDES deu continuidade ao atendimento às empresas afetadas pela crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), com utilização dos recursos do Fundo de Proteção ao Emprego (FPE), liberando o total de R\$ 43,2 milhões em financiamentos. Ainda sob essa ótica, por meio do Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e Emprego no ES (PROES), fruto do empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o BANDES liberou R\$ 36,4 milhões em créditos para apoiar a sustentabilidade financeira de curto prazo das micro, pequenas e médias empresas capixabas.

De janeiro a dezembro de 2022, o BANDES liberou o total de R\$ 4,9 milhões em financiamentos para fomento à ciência, tecnologia e inovação, com repasse de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Com recursos do Fundo Renova Giro Microcrédito e MPE, foram liberados durante o ano de 2022 o total de R\$ 9,6 milhões em financiamentos para as empresas localizadas nos municípios capixabas impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana/MG. Além disso, foi repassado o montante de R\$ 5,5 milhões da Fundação Renova Saneamento e Resíduos Sólidos, para obras de implantação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) em Colatina e complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário da mesma cidade.

Em 2022, em atendimento aos municípios capixabas, foram liberados R\$ 2,8 milhões em crédito para modernização da gestão pública. O Programa “ES Inteligente” encerra o ano com adesão de 22 cidades capixabas à prestação de serviço de estruturação e desenvolvimento de estudos de viabilidade, modelagem licitatória e assessoria integral para Projetos de concessões públicas e Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Com o Programa Reflorestar do Governo do Estado, em 2022 o BANDES atendeu 69 municípios capixabas, firmou 380 novos contratos de pagamento por serviços ambientais e liberou o montante de R\$ 9,3 milhões, realizados com recursos do Fundágua, gerando impacto direto na conservação e/ou recuperação de 776 hectares de cobertura florestal.

O BANDES, Secretaria Executiva do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES), em 2022, além do acompanhamento de investimentos realizados, analisou 198 projetos, representando novos investimentos da ordem de R\$ 2,33 bilhões, o que projeta a geração de 3.426 empregos diretos. Além disso, em 2022 o BANDES atuou na realização da análise, fiscalização e acompanhamento da execução de 15 Projetos de Investimento Produtivo, nos termos do Decreto Nº 5.163, de 28 de junho de 2022, que objetivam o desenvolvimento de iniciativas de relevante interesse social e econômico, pelo contribuinte detentor de créditos de ICMS. Foram aprovados 2 novos projetos, cujos valores de investimentos somam R\$ 800 milhões e prevê geração de 149 empregos diretos.

4. Processos Internos e Riscos

O BANDES implementou a Gestão Eletrônica de Documentos (GED) e iniciou a digitalização dos processos operacionais, a partir da aprovação da Política e Norma Interna com orientação quanto as decisões relativas à tramitação e armazenamento de documentos em formato eletrônico, visando otimizar o fluxo interno, facilitar o trabalho integrado entre as equipes, diminuir o consumo de papel e melhorar a eficiência operacional.

Com o estabelecimento de uma estratégia mais robusta de recuperação de créditos, durante o ano de 2022 foram recuperados R\$ 59,3 milhões de dívidas inscritas em prejuízo, valor 13% superior ao alcançado em 2021. Esse resultado recorde foi obtido com aplicação de medidas de cobrança imediatamente após a identificação do atraso, intensificação dos registros de negativação nos órgãos de proteção ao crédito, terceirização dos acordos de curto prazo para empresas de cobrança credenciadas, maior agilidade no ajuizamento das dívidas inadimplidas e protestos, além da criação de linhas de financiamento com condições adequadas para renegociação. No período, cabe destacar o lançamento e o bom desempenho da campanha Trato Feito, que definiu condições específicas para clientes com contratos ajuizados até 2017.

A solidez da instituição se mostra reforçada também pela gestão de riscos. O Índice de Basileia (IB) do BANDES melhorou em 7,1 pontos percentuais, alcançando 29,6% e o Patrimônio de Referência para comparação com o RWA (PRRWA) do BANDES foi de R\$ 315,3 milhões, expansão de 32,5% decorrente do aumento das receitas operacionais.

Em relação ao crédito, o Banco tem buscado mitigar riscos pela desconcentração da carteira por atividade econômica. A participação das quatro atividades mais representativas - café, pimenta do reino, criação de bovinos para leite e administração pública - que em dezembro de 2021 era de 48%, terminou o ano de 2022 com 39,4% do saldo da carteira de crédito, abrindo espaço para outras atividades, como extração de petróleo e gás natural, atividades hospitalares e transporte rodoviário de carga. Neste ano a composição da carteira de crédito passou a ser majoritariamente formada por pessoas jurídicas, com 57% do total, ante 49% em 2021.

Ademais, o Banco tem adotado a estratégia de diversificação para aplicações financeiras dos recursos disponíveis, terminando o ano de 2022 com 31 instituições investidas frente a 27 em 2021.

5. Pessoas e Recursos

O Banco encerrou o ano de 2022 com 159 colaboradores (inclusive diretores e cargos em comissão).

No período foram promovidas 82 capacitações, no total de 4.802 horas, abrangendo temas como: finanças, governança, Lei Geral de proteção de Dados (LGPD), auditoria, gestão de cobrança, oratória, media training, entre outros. Foram treinados 142 colaboradores.

O programa de qualidade de vida no trabalho “BANDES Viva Bem” promoveu ações com foco na promoção da saúde física e mental, com palestras, campanha de vacina anti-gripe e incentivo à prática de atividade física.

Cabe destaque em 2022 a aprovação do Plano de Carreira dos empregados do BANDES, que incentiva o desenvolvimento profissional e aprimoramento de competências, além de alinhar a remuneração com resultados individuais e da instituição.

O BANDES aprovou e iniciou a implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2022-2026, que tem como objetivo nortear os investimentos tecnológicos. Durante o ano de 2022 foram investidos R\$ 2,8 milhões em Tecnologia da Informação (TI), que inclui ações para manutenção da infraestrutura tecnológica do Banco, renovação do cabeamento estruturado, aquisição e instalação de novos equipamentos para conexão de rede, instalação de antivírus mais robusto, aumento da velocidade de internet, bem como o desenvolvimento de funcionalidade de suporte ao GED.

Ademais, foi aprovada também a Política de Governança de TI, um marco normativo que estabelece diretrizes para a organização de pessoas, processos e ferramentas em torno de objetivos que permitam o avanço da TI, alinhada às atividades fim do BANDES e as boas práticas de gestão.

6. Indicadores de Desempenho

INDICADORES ESTRATÉGICOS		Previsto		Realizado			
1. Liberação de crédito (mil)		R\$	210.000	R\$	122.621		
2. Responsabilidade social, ambiental e climática (mil)		R\$	50.000	R\$	52.651		
3. Rentabilidade das aplicações financeiras com recursos administrados pelo Bandes (% do CDI)			105		100		
4. Recuperação de créditos baixados em prejuízo (mil)		R\$	41.000	R\$	59.367		
5. Índice de cobertura das despesas de pessoal e administrativas* (%)			90,0		126,2		
*(Receita de Prestação de Serviços + Receita Líq. de Aplicações Financeiras) / (Despesa de Pessoal + Despesa Adm)							
OUTROS INDICADORES		2021		2022		Variação	
1. Lucro Líquido (mil)		R\$	50.136	R\$	70.002		40%
2. Patrimônio Líquido (mil)		R\$	314.798	R\$	383.859		22%
3. Índice de Inadimplência (%)							
(Atraso a partir de 90 dias/ Saldo da Carteira)			3,2		2,4		(25%)
4. Despesa líquida de PCLD (mil)		(R\$	20.825)	(R\$	15.891)		(24%)
5. Saldo de Operações de Crédito (mil)		R\$	571.339	R\$	468.695		(18%)
6. Nº de contratos ativos			20.902		14.743		(30%)
7. Nº de clientes ativos			13.160		9.570		(27%)

7. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável - uma construção coletiva - aconteça.

Por fim, e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Vitória – ES, 15 de março de 2023.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva
BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	12.2022	12.2021	PASSIVO	Nota	12.2022	12.2021
DISPONIBILIDADES	4	1.436	449	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS		895.447	823.102
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.388.056	1.269.833	Instituições Financeiras	14.1	350.435	377.325
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	405.482	434.674	Outros Clientes	14.2	194.769	164.125
Títulos e Valores Mobiliários	6	501.268	251.186	Outros Instrumentos Financeiros Passivos	14.3	350.243	281.652
Operações de Crédito	7	468.695	571.339	PROVISÕES		21.377	29.305
Outros Instrumentos Financeiros	8	12.611	12.634	Contingências	15	21.377	29.305
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CREDITO	7	(93.376)	(104.300)	OUTROS PASSIVOS		30.584	31.743
OUTROS CRÉDITOS	9	22.579	20.945	Outros Passivos	16	30.584	31.743
INVESTIMENTOS	10	45	43	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	383.859	314.798
IMOBILIZADO DE USO	11	15.284	15.189	Capital Social:			
INTANGÍVEL	12	57.603	55.578	- De Domiciliados no País	17.1	439.371	439.371
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13	(60.360)	(58.789)	Outros Resultados Abrangentes	17.2	(6.715)	(5.210)
				Lucros ou Prejuízos Acumulados	17.3	(34.720)	(105.286)
				(Ações em Tesouraria)	17.4	(14.077)	(14.077)
TOTAL DO ATIVO		1.331.267	1.198.948	TOTAL DO PASSIVO		1.331.267	1.198.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre 2022	12.2022	12.2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		105.662	212.105	135.772
Operações de Crédito		49.763	111.399	98.486
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		55.899	100.706	37.286
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(53.649)	(86.498)	(44.788)
Operações de Captação no Mercado		(9.116)	(16.081)	(4.846)
Operações de Empréstimos e Repasses		(31.416)	(54.526)	(19.117)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		(13.117)	(15.891)	(20.825)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		52.013	125.607	90.984
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(17.273)	(44.464)	(39.143)
Receitas de Prestação de Serviços	30.1	10.959	20.463	15.784
Rendas de Tarifas Bancárias		1.801	3.603	3.852
Despesas de Pessoal	30.2	(22.065)	(41.952)	(37.975)
Outras Despesas Administrativas	30.3	(7.813)	(16.936)	(12.652)
Despesas Tributárias	30.4	(3.621)	(6.644)	(5.248)
Outras Receitas Operacionais	30.5	8.900	14.065	5.570
Outras Despesas Operacionais	30.6	(5.434)	(17.063)	(8.474)
RESULTADO OPERACIONAL		34.740	81.143	51.841
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	30.7	(1.122)	55	1.699
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		33.618	81.198	53.540
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.j	(6.692)	(6.692)	-
Provisão para Imposto de Renda		(3.600)	(3.600)	-
Provisão para Contribuição Social		(3.092)	(3.092)	-
Ativo Fiscal Diferido		-	-	-
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS	30.8	(4.503)	(4.504)	(3.404)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		22.423	70.002	50.136
Ações em circulação: 28.918.787.043 unidades	18.1			
Lucro Líquido por lote de mil ações – (em R\$)		0,78	2,42	1,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Semestre 2022	12.2022	12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	22.423	70.002	50.136
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Itens que serão reclassificados para o resultado, quando condições específicas forem atendidas			
Ganho (Perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para venda	(1.844)	(2.005)	(5.210)
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(2.405)	(2.515)	(10.420)
Impostos sobre valor justo	561	510	5.210
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	20.579	67.997	44.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2020	439.371	(119)	(155.547)	(14.077)	269.628
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(5.091)	-	-	(5.091)
DESTINAÇÕES					
Dividendos / JSCP prescritos	-	-	125	-	125
Resultado do período	-	-	50.136	-	50.136
SALDOS EM 31/12/2021	439.371	(5.210)	(105.286)	(14.077)	314.798
Mutações do Exercício - 2021	-	(5.091)	50.261	-	45.170
SALDOS EM 31/12/2021	439.371	(5.210)	(105.286)	(14.077)	314.798
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(1.505)	-	-	(1.505)
DESTINAÇÕES					
Dividendos / JSCP prescritos	-	-	564	-	564
Resultado do período	-	-	70.002	-	70.002
SALDOS EM 31/12/2022	439.371	(6.715)	(34.720)	(14.077)	383.859
Mutações do Exercício - 2022	-	(1.505)	70.566	-	69.061
SALDOS EM 30/06/2022	439.371	(7.053)	(57.143)	(14.077)	361.098
Ajustes de avaliação patrimonial	-	338	-	-	338
DESTINAÇÕES					
Resultado do período	-	-	22.423	-	22.423
SALDOS EM 31/12/2022	439.371	(6.715)	(34.720)	(14.077)	383.859
Mutações do 2º Semestre - 2022	-	338	22.423	-	22.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	29.115	76.694	50.136
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.692)	(6.692)	-
Depreciações e Amortizações	805	1.572	1.270
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Líquida)	13.117	15.890	20.824
Provisão para Perdas/Desvalorizações	153	1.991	1.227
Provisão para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	1.298	3.220	5.346
Provisão para Multas por Inadimplência Técnica	-	-	2.725
Reversão de Provisões	(455)	(2.893)	(4.782)
Prejuízo em Transações com Valores e Bens (Permanente)	755	2.597	2.663
Ajuste a Valor de Mercado TVM	338	(1.505)	(5.091)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	38.434	90.876	74.317
Variações em ativos			
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24	13.836	(68.394)
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários	(89.838)	(250.082)	(32.827)
Redução em Operações de Crédito	22.465	78.810	149.396
(Aumento) Redução em Outros Créditos	900	(5.698)	(10.561)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(387)	(597)	1.626
Variações em passivos			
Aumento em Depósitos	22.113	30.643	52.255
Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(32.125)	(26.889)	(133.687)
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(19.724)	56.283	134.155
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(58.138)	(12.820)	166.281
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-	-	(836)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	1.578	36	5.568
Aquisição de Imobilizado de Uso	(91)	(95)	(1.152)
Inversões em Investimento	(30)	(31)	-
Aplicação no Intangível	(1.016)	(2.024)	(2.081)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	441	(2.114)	1.499
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Prescritos	-	564	125
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	564	125
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS	(57.697)	(14.370)	167.905
No Início do Período	368.489	325.162	157.257
No Final do Período	310.792	310.792	325.162
VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(57.697)	(14.370)	167.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações financeiras individuais do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em face do encerramento do exercício social de 2022 em comparação com o exercício social de 2021.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Princesa Isabel, 54 – Edifício Caparaó, Centro – Vitória – ES.

Em 10 de outubro de 2022, o banco sofreu incidente cibernético em seu ambiente de tecnologia da informação, que interrompeu temporariamente seus serviços.

A Administração comunicou o evento ao Banco Central do Brasil, ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e Polícia Civil do Espírito Santo (PCES). Reforçou protocolos de segurança e promoveu a busca ativa de soluções para minimizar os impactos e atender as demandas contratadas. E também adotou novas medidas protetivas, com alterações em processos internos, e aprimoramento de regras e controles de segurança.

Apesar da instabilidade no sistema operacional e canais digitais de atendimento, causada pelo incidente cibernético, o banco de dados de produção permaneceu preservado e íntegro, sem apresentar quaisquer evidências de vazamento de dados transacionais.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.818/2020 e BCB nº 2/2020 que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Na preparação destas demonstrações financeiras foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais.

Em atendimento ao Art. 8º da Resolução CMN nº 4.818/2020, a Administração declara de forma explícita e sem reserva, que estas demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, na reunião realizada em 15 de março de 2023.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

A apresentação destas demonstrações financeiras é efetuada em Reais (R\$), que é a moeda funcional do BANDES. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, seguindo o disposto na Circular BACEN nº 3.068/2001, em três categorias:

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira dos títulos, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os títulos e valores mobiliários adquiridos no período são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com as diretrizes da Administração. Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular BACEN nº 3.068/2001, a reavaliação quanto à classificação somente é efetuada por ocasião dos balanços. A transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);
- A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (accruals) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso, com contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme definido na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. (Nota 9.2)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

i. Investimentos - Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 10)

ii. Imobilizado - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear conforme taxas anuais estipuladas em função do tempo de vida útil econômica como seguem: edificações – 4% ao ano - 300 meses; aparelhagens, móveis e máquinas, sistemas de segurança – 10% ao ano - 120 meses; equipamentos de informática – 20% ao ano – 60 meses; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os ganhos e as perdas na alienação do ativo imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional. (Nota 11)

iii. Intangível - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens incorpóreos, adquiridos ou gerados internamente, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído basicamente por gastos com desenvolvimento do sistema corporativo, por licenças e softwares, amortizados pelo método linear, ao longo da vida útil econômica do ativo, revisados internamente a cada período; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os prazos médios de vida útil econômica e respectivas taxas de amortização aplicadas por grupos de ativos são: desenvolvimento/modernização software corporativo, aplicativo para celulares e site corporativo, 12 anos - 8,33% ao ano; demais softwares 60 meses - 20% ao ano. (Nota 12)

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, sendo:

i. Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

ii. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.

iii. Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Tributos

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% (sobre parcela do lucro real que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20mil pelo número de meses do respectivo período de apuração).

A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL corresponde a 20%, majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, conforme Lei nº 14.446/2022, correspondendo a 21% neste período.

Para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS as alíquotas vigentes são 0,65% e 4%, respectivamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, e se constituídos, devem ser suportados por estudo de capacidade de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pro rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda ao valor de recuperação.

No período de 2022 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

n) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34, inciso V, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. A norma define como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras são requeridas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração estão detalhados abaixo:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000. (Nota 7.e)

b) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da enti-

dade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. (Nota 15)

c) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

d) Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

e) Mensuração dos efeitos decorrentes da COVID-19 nas demonstrações financeiras e impactos no BANDES: a Administração acompanha a evolução das operações por meio do monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas afetadas do balanço.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	12.2022	12.2021
Moeda Nacional (caixa)	2	2
Moeda Nacional (depósitos bancários)	1.434	447
Disponibilidades	1.436	449
Depósitos Interfinanceiros	102.224	74.237
Aplicações no Mercado Aberto	207.132	250.476
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez *	309.356	324.713
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	310.792	325.162

* Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor. Os saldos apresentados compõem os totais da nota 5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Vencimento			
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos Interfinanceiros (1)	102.224	83.802	12.324	198.350
Empresas Ligadas (Banestes S/A)	55.056	-	-	55.056
Empresas Não Ligadas	47.168	83.802	12.324	143.294
Aplicações no Mercado Aberto (2)	207.132	-	-	207.132
Total em 12/2022	309.356	83.802	12.324	405.482
Total em 12/2021	324.713	98.705	11.256	434.674

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da Carteira por Categorias

			12.2022	12.2021
	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste MtM em Patrimônio Líquido	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	154.384	(12.436)	141.948	72.379
Títulos Públicos	145.600	(13.734)	131.866	65.154
Títulos Privados	8.784	1.298	10.082	7.225
Títulos Mantidos até o Vencimento	359.320	-	359.320	178.807
Títulos Públicos	43.469	-	43.469	70.145
Títulos Privados	315.851	-	315.851	108.662
Total	513.704	(12.436)	501.268	251.186

Títulos públicos federais: Letras Financeiras do Tesouro - LFT; Notas do Tesouro Nacional - NTN e Letras do Tesouro Nacional LTN - custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor de mercado dos títulos NTN e LTN são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgados pela ANBIMA.

Títulos privados: Letras Financeiras - LF; Fundo Garantidor de Investimentos - FGI e CRIATEC 3 - FIP.

MtM - Market-to-Market (marcação a mercado).

b) Títulos Mantidos até o Vencimento

				12.2022	12.2021
TVM	01 a 180 dias	181 a 360 dias	> 360 dias	Custo Amortizado/Contábil	Custo Amortizado/Contábil
LFT	-	-	-	-	28.386
NTN	-	-	43.469	43.469	41.759
LF	27.236	48.535	220.062	295.833	108.662
DEBÊNTURES	-	3.248	16.770	20.018	-
Total	27.236	51.783	280.301	359.320	178.807

c) Títulos Disponíveis para Venda

				12.2022			12.2021		
TVM	01 a 180 dias	181 a 360 dias	>360 dias	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste MtM em Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste MtM em Patrimônio Líquido	Valor de Mercado
LFT	6.267	-	-	6.274	(7)	6.267	-	-	-
LTN	8.778	-	-	9.197	(419)	8.778	6.228	(550)	5.678
NTN	73.027	-	-	86.362	(13.335)	73.027	69.451	(9.975)	59.476
LF (1)	43.794	-	-	43.767	27	43.794	-	-	-
CRIATEC 3 FIP	-	2.985	6.965	8.684	1.266	9.950	7.020	78	7.098
FGI	-	-	132	100	32	132	100	27	127
Total	131.866	2.985	7.097	154.384	(12.436)	141.948	82.799	(10.420)	72.379

(1) R\$ 42.435 correspondem a LF reclassificadas em 31/12/2022 da categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Ao final do exercício social de 2022 foram reclassificados R\$ 42.435 de letras financeiras, com vencimentos a partir de 2024, da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos disponíveis para a venda. A reclassificação foi motivada pelo desenquadramento do emissor dos títulos aos normativos internos do BANDES, e não gerou impactos em outros resultados abrangentes do patrimônio líquido.

e) Conciliação dos Valores Classificados na Categoria DPV

Ganhos e perdas realizados / não realizados em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria DPV	
(=) Ajustes de Avaliação Patrimonial em 12/2021	(5.210)
(+) Ganhos não realizados nos demais títulos da categoria DPV.	1.838
(+) Perdas não realizadas nos demais títulos da categoria DPV.	(4.242)
(+) Ganhos realizados e transferidos para resultado.	-
(-) Perdas realizadas e transferidas para resultado.	-
(=) Ajustes antes dos efeitos tributários	(7.614)
(+) Efeitos tributários.	561
(=) Ajustes de Avaliação Patrimonial em 06/2022	(7.053)
(+) Ganhos/perdas não realizados em reclassificações da categoria MAV para DPV	-
(+) Ganhos não realizados nos demais títulos da categoria DPV	4.030
(+) Perdas não realizadas nos demais títulos da categoria DPV	(3.628)
(+) Ganhos realizados e transferidos para resultado	19
(-) Perdas realizadas e transferidas para resultado	(32)
(=) Ajustes antes dos efeitos tributários	(6.664)
(+) Efeitos tributários	(51)
(=) Ajustes de Avaliação Patrimonial em 12/2022	(6.715)

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

	12.2022		12.2021	
		%		%
Empréstimos	78.327	17	59.752	11
Financiamentos (inclusive agroindustriais)	154.815	33	180.866	32
Financiamentos rurais	195.285	42	288.008	51
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	24.495	5	32.116	5
Subtotal	452.922	97	560.742	99
Devedores por compra de valores e bens	15.773	3	10.597	1
Total das operações de créditos	468.695	100	571.339	100
Circulante	176.073	38	200.786	35
Não Circulante	292.622	62	370.553	65

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	12.2022		12.2021	
		%		%
10 maiores devedores	93.258	20	116.412	20
50 seguintes maiores devedores	133.031	26	131.219	23
100 seguintes maiores devedores	51.250	9	44.161	8
Demais devedores	191.156	45	279.547	49
Total das operações de crédito	468.695	100	571.339	100
Circulante	176.073	38	200.786	35
Não Circulante	292.622	62	370.553	65

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	12.2022		12.2021	
		%		%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	13.382	3	12.278	2
A vencer	455.313	97	559.061	98
Até 3 meses	87.277	19	85.535	15
De 3 meses a 12 meses	126.712	27	161.940	28
Acima de 12 meses	241.324	51	311.586	55
Total das operações de crédito	468.695	100	571.339	100
Circulante	176.073	38	200.786	35
Não Circulante	292.622	62	370.553	65

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	12.2022		12.2021	
		%		%
Sector privado	444.200	94	539.223	94
Pessoa Jurídica				
Rural	50.247	11	62.309	11
Indústria	87.077	16	87.944	15
Comércio	60.663	13	61.949	11
Outros serviços	97.350	18	95.731	17
Pessoa Física				
Rural	148.863	36	231.290	40
Sector público	24.495	6	32.116	6
Administração direta municipal	24.495	6	32.116	6
Total das operações de crédito	468.695	100	571.339	100
Circulante	176.073	38	200.786	35
Não Circulante	292.622	62	370.553	65

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis Risco	% mínima provisão	12.2022				12.2021	
		Curso normal	Anormal*	Total Geral	Provisão	Total Geral	Provisão
AA	-	39.333	-	39.333	-	61.700	-
A	0,5	173.265	-	173.265	(866)	210.564	(809)
B	1	107.530	6.072	113.602	(1.136)	145.239	(1.452)
C	3	24.881	4.109	28.990	(870)	19.746	(592)
D	10	2.533	4.916	7.449	(744)	5.262	(526)
E	30	1.448	82	1.530	(459)	4.632	(1.390)
F	50	23.699	3.235	26.934	(13.467)	43.938	(21.969)
G	70	5.067	797	5.864	(4.105)	8.984	(6.348)
H	100	46.914	24.814	71.728	(71.729)	71.274	(71.214)
Total		424.670	44.025	468.695	(93.376)	571.339	(104.300)
Circulante				176.073	(35.562)	200.786	(39.073)
Não Circulante				292.622	(57.814)	370.553	(65.227)

*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	12.2022	12.2021
Saldos iniciais	(104.300)	(144.886)
Constituições Líquidas	(18.120)	(21.771)
Constituições	(24.622)	(48.211)
Reversões	6.502	26.440
Transferências para prejuízo	29.044	62.357
Saldos finais	(93.376)	(104.300)
Circulante	(35.562)	(39.073)
Não Circulante	(57.814)	(65.227)

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	12.2022	12.2021
Renegociados	52.788	68.076
Lançados a prejuízo	29.044	62.357
Recuperados	59.367	52.511

NOTA 8 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	12.2022	12.2021
Rendas a receber (8.1)	922	
Ativo fiscal diferido (8.2)	6.317	5.263
Devedores por depósitos em garantia	4.210	5.657
Impostos e contribuições a compensar	130	476
Adiantamentos salariais / Outros (8.3)	338	316
Total	12.611	12.634
Circulante	3.063	12.634
Não Circulante	9.548	-

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

	12.2022	12.2021
Outros valores e bens (9.1)	18.926	20.630
Despesas antecipadas (9.2)	815	217
Pagamentos a ressarcir (9.3)	2.838	98
Total	22.579	20.945
Circulante	7.285	20.945
Não Circulante	15.294	-

9.1. Outros valores e bens (Ativos não financeiros mantidos para venda)

São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

Bens não de uso próprio (ANFMV)	12.2022	12.2021
Imóveis	23.827	26.364
Máquinas e equipamentos	7	-
Subtotal	23.834	26.364
Provisão para desvalorização	(4.908)	(5.734)
Total	18.926	20.630
Circulante	3.783	20.630
Não Circulante	15.143	-

9.2. Despesas antecipadas

Constituídas por dispêndios com pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, licenças de softwares; e contribuições patronais ao plano de previdência complementar devolvida pela entidade de previdência, devido à perda de direito ao benefício pelo empregado, por descumprimento das condições do plano previdenciário ou saque voluntário, cujos valores são utilizados na quitação de contribuições patronais futuras, R\$ 815 (R\$ 217 em 31 de dezembro de 2021).

9.3. Pagamentos a ressarcir

Compostos, principalmente, por saldos de transferências bancárias devolvidas de liberações FUNDAP, e valores pendentes de reclassificação de bloqueios judiciais em contas bancárias efetuados pelo sistema Bacenjud, R\$ 2.838 (R\$ 98 em 31 de dezembro de 2021).

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	12.2022	12.2021
Investimento por incentivos fiscais (10.1)	69	69
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
Provisão para Perdas	(30)	(32)
Total	45	43

10.1 Certificados de Investimento - FINOR R\$ 39 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2021), Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL R\$ 30 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2021).

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	Custo	Depreciação	Líquido	
			12.2022	12.2021
Terrenos	185	-	185	185
Edificações	3.811	(3.758)	53	127
Móveis e máquinas	2.764	(2.572)	192	204
Aparelhagens e sistema de comunicação	494	(349)	145	105
Equipamentos de informática	7.839	(6.841)	998	1.303
Sistema de segurança	191	(186)	5	6
Total	15.284	(13.706)	1.578	1.930

NOTA 12 - INTANGÍVEL

	Custo	Amortização	Líquido	
			12.2022	12.2021
Aquisição de Software	6.163	(5.023)	1.140	1.462
Modernização SISBANDES	48.704	(40.167)	8.537	7.427
BI – Consultas	47	(47)	-	-
Sistema de Ponto Eletrônico	11	(11)	-	-
Sistema de Crédito Eletrônico	497	(497)	-	-
Site BANDES	2.131	(893)	1.238	1.123
Aplicativo para Celulares	50	(16)	34	36
Total	57.603	(46.654)	10.949	10.048

NOTA 13 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

	12.2022	12.2021
(-) Depreciação Acumulada do Ativo Imobilizado	(13.706)	(13.259)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(46.654)	(45.530)
Total	(60.360)	(58.789)

NOTA 14 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

14.1. Instituições financeiras

As "Obrigações por empréstimos e repasses" correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

Posições	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
			Circulante	Não Circulante	
Repasses do país					
BNDES	35.760	42.025	77.785	86.392	164.177
FINAME	10	-	10	17	27
FINEP	328	1.084	1.412	5.872	7.284
Outras Inst. Oficiais	7.369	18.611	25.980	66.387	92.367
12.2022	43.467	61.720	105.187	158.668	263.855
12.2021	62.773	88.646	151.419	225.906	377.325
Empréstimos e repasses do exterior					
BID (1)	-	-	-	86.580	86.580
12.2022	-	-	-	86.580	86.580
12.2021	-	-	-	-	-
Totais 12.2022	43.467	61.720	105.187	245.248	350.435
Totais 12.2021	62.773	88.646	151.419	225.906	377.325

(1) Empréstimo obtido com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no total de US\$ 30 milhões de Dólares do EUA. A primeira tranche de US\$ 15 milhões foi liberada em 19/01/2022, e convertida em Reais pela cotação de R\$ 5,4972 correspondentes à taxa de câmbio PTAX, divulgada pelo Banco Central do Brasil, na data da liberação.

Tranche	Liberação US\$	Data liberação	Amortização 40 parcelas		Taxa de Juros	Posição inicial R\$	Posição 12/2022 R\$
			Inicial	Final			
1	15.000	19/01/2022	15/04/2027	15/10/2046	CDI + 1,42%	83.985	86.580

Os recursos estão destinados ao financiamento e execução do Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego no Estado do Espírito Santo.

14.2. Outros clientes

Correspondem às obrigações com depósitos à vista e a prazo, estes últimos representados por certificados de depósito bancário subscritos pelo Governo do Estado, por empresas fundapeanas, para alocação de cauções de operações liberadas com recursos FUNDAP; e captações no mercado por meio do instrumento depósito a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito.

Depósitos	12.2022	12.2021
A vista	25.964	15.678
A prazo	168.805	148.447
Governo do Estado	95.387	84.902
Clientes FUNDAP	38.069	32.721
Clientes Diversos	162	-
DPGE	35.187	30.824
Total	194.769	164.125
Circulante	99.219	133.301
Não Circulante	95.550	30.824

14.3. Outros instrumentos financeiros passivos

	12.2022	12.2021
Fundos financeiros e de desenvolvimento (1)	350.240	281.649
Dotação para aumento de capital (2)	3	3
Total	350.243	281.652
Circulante	104.020	87.104
Não Circulante	246.223	194.548

1) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES apresentam registrados em contas patrimoniais R\$ 342.577 (R\$ 281.649 em 31 de dezembro de 2021).

	12.2022	12.2021
FUNDAP	1.017	1.015
FUNDES	73.578	55.936
FUNCITEC	109.369	86.277
FUNDÁGUA	158	110
FUNDEPAR-ES	36.153	23.031
FUNSAF	1.384	6.643
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16	3.644	9.985
FUNDO RENOVÁ	2.510	9.941
FUNDESUL - PK	50.535	46.798
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	11.456	8.482
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO	52.773	33.431
Total	342.577	281.649
Circulante	96.355	87.100
Não Circulante	246.222	194.549

2) Dotação para aumento de capital

Saldo residual de titularidade do Estado do Espírito Santo R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2021), remanescentes dos recursos integralizados no aumento de capital social realizada no primeiro semestre de 2020, e que será utilizado em futuras integralizações.

NOTA 15 - PROVISÕES

Contingências	12.2022	12.2021
Ações administrativas e judiciais (15.1)	20.322	21.290
Provisão para multas por inadimplência técnica	1.055	8.015
Total	21.377	29.305
Circulante	5.120	8.015
Não Circulante	16.257	21.290

15.1. Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

Correspondem às demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das operações relacionadas cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

Ações com Risco Provável	12.2022	12.2021
Cíveis	14.864	13.458
Trabalhistas	5.458	7.832
Total	20.322	21.290
Circulante	4.065	-
Não Circulante	16.257	21.290

Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

Ações com Risco Possível e Remoto	12.2022	12.2021
Cíveis	25.925	24.354
Trabalhistas	7.300	1.667
Total	33.225	26.021

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2021	12.383	7.384	19.767
Atualização Monetária / Constituições	1.650	515	2.165
Reversões / Pagamentos	(575)	(67)	(642)
Saldo em 30/06/2022	13.458	7.832	21.290
Atualização Monetária / Constituições	2.631	591	3.222
Reversões / Pagamentos	(1.225)	(2.965)	(4.190)
Saldo em 31/12/2022	14.864	5.458	20.322
Circulante	2.973	1.092	4.065
Não Circulante	11.891	4.366	16.257

15.2. Provisão para multas por inadimplência técnica

Provisão constituída devido à decretação de inadimplência técnica a clientes em situação irregular na aplicação de recursos contratados junto a órgãos repassadores. O banco tem efetuado o pagamento das multas aos repassadores de recursos, e vem adotando as medidas cabíveis para se ressarcir junto aos clientes que incorreram em inadimplência técnica R\$ 1.055 (R\$ 8.015 em 31 de dezembro de 2021).

NOTA 16 - OUTROS PASSIVOS

	12.2022	12.2021
Fiscais e previdenciárias (16.1)	7.079	1.911
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	66	5
Provisão para pagamentos a efetuar	9.159	7.379
Credores diversos (16.2)	14.280	21.885
Sociais e estatutárias	-	563
Total	30.584	31.743
Circulante	23.180	19.743
Não Circulante	7.404	12.000

16.1. Fiscais e previdenciárias

	12.2022	12.2021
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar (1)	4.738	502
Impostos e contribuições s/ salários	1.627	1.265
Impostos e contribuições a pagar retidos na fonte de terceiros	117	92
Passivo fiscal diferido (2)	597	52
Total	7.079	1.911
Circulante	6.482	1.859
Não Circulante	597	52

(1) IR R\$ 2.000 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021), CSLL R\$ 2.064 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021), PIS R\$ 76 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2021), COFINS R\$ 467 (R\$ 352 em 31 de dezembro de 2021) e ISS R\$ 131 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2021).

(2) IR R\$ 324 (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2021) e CSLL R\$ 273 (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2021) referente ao efeito tributário sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários conforme Circular BACEN nº 3.068/01.

16.2. Credores diversos

Credores Diversos R\$ 14.280 (R\$ 21.885 em 31 de dezembro de 2021) com destaque para as seguintes rubricas: Deduções de Liberações FUNDAP, para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22/11/2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012 R\$ 2.428 (R\$ 1.770 em 31 de dezembro de 2021); Repasses FUNGETUR R\$ 6.950 (R\$ 15.527 em 31 de dezembro de 2021); Captações FUNCAFE R\$ 0 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2021); Sinais recebidos em transações com bens não de uso R\$ 0 (R\$ 2.280 em 31 de dezembro de 2021).

NOTA 17 - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
17.1. Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	12.2022	12.2021
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	76.694	50.136
Adições/exclusões líquidas:		
Provisões para contingências	(8.155)	5.593
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.117)	453
Perdas efetivas de créditos	(48.050)	(61.377)
Outros	1.367	(3.570)
Despesas não dedutíveis	295	214
Base de Cálculo	21.034	(8.551)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (30%)	(6.310)	-
Incentivos fiscais	(56)	-
Imposto de Renda	3.600	-
Contribuição Social	3.092	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social*	6.692	-

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 21%.

17.2. Créditos tributários não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos são constituídos conforme alíquotas aplicáveis no período previsto de sua realização baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

O ativo fiscal diferido de diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social não foi reconhecido em razão de não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social comprovados em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, conforme critério exigido pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

	12.2022	12.2021
Prejuízo fiscal/ Base negativa de contribuição social	14.912	17.427
Diferenças temporárias	68.768	92.454
Ativo fiscal diferido não ativado	83.680	109.881

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
18.1. Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 750 milhões para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 439.371 (R\$ 439.371 em 31 de dezembro de 2021), e está representado em quantidade de ações, conforme composição abaixo, que se manteve inalterada em relação à data-base 31/12/2021:

	12.2022	12.2021
Ações Ordinárias	19.883.589.975	19.883.589.975
- Estado do Espírito Santo	19.644.952.823	19.644.952.823
- Acionistas Minoritários	238.637.152	238.637.152
Ações Preferenciais	9.836.733.806	9.836.733.806
Classe "A"	3.113.456.237	3.113.456.237
- Estado do Espírito Santo	2.454.690.627	2.454.690.627
- Demais Acionistas	658.765.610	658.765.610
Classe "B"	6.723.277.569	6.723.277.569
- Estado do Espírito Santo	3.147.336.103	3.147.336.103
- Demais Acionistas	3.575.941.466	3.575.941.466
Total de ações emitidas	29.720.323.781	29.720.323.781
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferencial - classe "A")	(629.496.910)	(629.496.910)
Total de ações em circulação	28.918.787.043	28.918.787.043

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias. O valor patrimonial unitário por ação em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 0,01327.

18.2. Outros resultados abrangentes / ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial -R\$ 6.715 (-R\$ 5.210 em 31 de dezembro de 2021) correspondem à precificação a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", conforme conciliação demonstrada na nota 6.e.

18.3. Lucros ou prejuízos acumulados

No exercício social de 2022, com a adição de R\$ 564 (R\$ 125 em 31 de dezembro de 2021) relativos a dividendos/JSCP prescritos transferidos do grupo Outros Passivos / Sociais e estatutárias (Nota 16), ao resultado positivo apurado no período R\$ 70.002, remanescem na rubrica Prejuízos Acumulados -R\$ 34.720 (-R\$ 105.286 em 31 de dezembro de 2021).

18.4. Ações em tesouraria

O montante de R\$ 14.077, sob a rubrica Ações em Tesouraria é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o ex-acionista Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, corresponde a 801.536.738 ações nominativas, compostas de 172.039.828 (ordinárias) e 629.496.910 (preferenciais).

NOTA 19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
19.1. Plano de previdência complementar

Visa assegurar ao corpo funcional, renda complementar à aposentadoria da previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F10. No semestre foram apropriadas em despesas com plano de previdência R\$ 1.762 (R\$ 1.603 em 31 de dezembro de 2021).

19.2. Programa de desligamento voluntário especial (PDVE)

O Programa realizado em 2020 ofereceu benefícios de indenização adicional equivalente a cinco remunerações, plano de saúde e odontológico por 36 meses, cesta-alimentação e auxílio-refeição por 12 meses, custeio de cursos de requalificação profissional, pagamento da multa de 40% sobre correção de planos econômicos (FGTS), teve a adesão de 12 colaboradores, ao custo financeiro de R\$ 3.850 mil. Ao término do exercício, o banco registra na conta patrimonial passiva provisões para indenizações trabalhistas diversas para pagamento dos benefícios assegurados R\$ 186 (R\$ 414 em 31 de dezembro de 2021).

NOTA 20 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A política de Partes Relacionadas do banco inclui além do Estado do Espírito Santo, as pessoas físicas e/ou jurídicas que: sejam controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas do BANDES, nos termos postos pela legislação aplicável; sejam controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado do Espírito Santo; em que o Estado do Espírito Santo possua influência significativa ou representante na administração; seja administrador do BANDES. Atualmente, compõem o conjunto de Partes Relacionadas, juntamente, com o pessoal-chave da administração, as seguintes entidades:

- Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP.
- Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES/ES.
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais - FUNDAGUA.
- Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR-ES.
- Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo - FUNSAF.
- Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/2016.
- Fundo Reconstrução ES.
- Fundo de Proteção ao Emprego.
- Fundo Garantidor de Parcerias Público - Privadas - FGP-ES.
- Fundo de Aval BANDES.
- FUNSES - Fundo Soberano.
- BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo.
- Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST.
- Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES).

As transações com Partes Relacionadas primam pelo estrito acordo com as normas aplicáveis ao fluxo de operações do BANDES; são celebradas por escrito com as especificações de suas principais características e condições; observam as mesmas normas e limites aplicáveis a operações similares, e são balizadas por parâmetros e condições usualmente praticadas e/ou normas legais aplicáveis.

Nas notas que seguem são divulgadas as transações realizadas e/ou existentes no período, o tipo de relação, saldos e outros detalhes que permitirão aferir a comutatividade das operações.

20.1. Administração de fundos financeiros e de desenvolvimento

O montante dos recursos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados, que integram o conjunto de Partes Relacionadas, controlado em contas de compensação, está representado no quadro abaixo:

Fundos	Recursos Administrados	
	12.2022	12.2021
FUNDES	168.686	158.836
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	16.979	15.771
FUNDEPAR-ES	150.911	147.890
FUNSAF	8.757	6.759
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO	194.788	127.538
FUNDAP	85.884	57.573
FGP-ES	23.265	20.799
FUNDO DE AVAL BANDES	21.919	21.594
TOTAL	671.189	556.760

20.2. Operações de fundos financeiros e de desenvolvimento

Conforme estabelecido nas normas instituidoras e regulamentares dos Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, seguem abaixo, as receitas auferidas relacionadas à prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento, integrantes do conjunto de Partes Relacionadas, e as despesas incorridas com a remuneração dos recursos não alocados, que constituem as disponibilidades dos Fundos.

Fundos	Rendas de Administração		
	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
FUNDES (1)	1.744	3.434	3.973
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	496	977	927
FUNDEPAR-ES (3)	1.576	3.133	3.101
PSA FUNDÁGUA (4)	503	1.401	1.027
FUNSAF (5)	12	54	23
FUNDO DE AVAL BANDES (6)	329	655	592
FGP - ES (7)	87	144	215
FUNCITEC (8)	498	698	374
FUNDO DE PROT. EMPREGO - FPE (9)	2.828	4.962	1.766
FUNSES - FUNDO SOBERANO (10)	1.250	1.792	-
TOTAL	9.323	17.250	11.998

Rendas de Administração	
(1)	2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
(2)	0,5% calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
(3)	2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
(4)	10% sobre as liberações efetuadas até 12/09/2021 e 15% a partir de 13/09/2021;
(5)	1% sobre as liberações efetuadas;
(6)	0,25% ao mês sobre totalidade dos ativos;
(7)	Diferença entre a remuneração efetiva e a taxa Selic sobre o total de recursos aplicados;
(8)	0,5% sobre liberações de recursos financeiros efetuadas, a partir de 20/01/2021;
(9)	0,25% ao mês, apurada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
(10)	1% ao ano calculado mensalmente sobre o capital subscrito.

Fundos	Despesas sobre Disponibilidades de Recursos		
	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
FUNDES (1)	(3.532)	(6.082)	(836)
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	(456)	(788)	(210)
FUNDEPAR-ES (3)	(1.367)	(2.287)	(522)
PSA FUNDÁGUA (4)	(113)	(367)	(112)
FUNDAGUA (5)	(9)	(15)	(4)
FUNCITEC (6)	(8.717)	(13.595)	(3.353)
FUNSAF (7)	(108)	(256)	(115)
FUNDO DE PROT. EMPREGO - FPE (8)	(2.028)	(3.020)	(1.018)
TOTAL	(16.330)	(26.410)	(6.170)

Despesas Sobre Disponibilidades de Recursos	
(1)	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
(2)	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
(3)	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
(4)	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
(5)	100% do rendimento diário do CDI;
(6)	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) até 21/01/2021, a partir dessa data, rendimento diário do CDI;
(7)	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
(8)	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.

20.3. Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente, por determinação do Estatuto Social, é fixada na Assembleia Geral Ordinária a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
Conselho de Administração	366	702	620
Diretoria Executiva (1)	944	1.755	1.455
Conselho Fiscal	105	201	161
Comitê de Auditoria	78	150	141
TOTAL	1.493	2.808	2.377

(1) Inclui: honorários, descanso remunerado e gratificação natalina.

20.4. Outras transações com partes relacionadas

BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo

Transações efetuadas pelas taxas praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

	Ativos		Receitas e (Despesas)	
	12.2022	12.2021	12.2022	12.2021
Depósitos a vista	1.142	419	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.056	540	-	-
Rendas de depósitos interfinanceiros	-	-	2.477	22
Despesas com cadastro e cobrança	-	-	(75)	(86)
Despesas com tarifas bancárias	-	-	(36)	(24)

A parte relacionada Banestes S/A, é uma sociedade de economia mista, que possui o mesmo acionista majoritário do BANDES, o Estado do Espírito Santo. A instituição financeira executa a custódia qualificada dos ativos do banco registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na B3 - Segmento CETIP UTVM. Em dezembro de 2021, foi firmado contrato de prestação de serviços bancários, com prazo de 60 (sessenta) meses. No período, os pagamentos relativos ao contrato somaram R\$ 58 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

Estado do Espírito Santo

No período, os recursos financeiros do Estado do Espírito Santo, aplicados em certificado de depósito bancário - CDB emitido pelo BANDES, totalizam R\$ 95.387 (R\$ 84.902 em 31 de dezembro de 2021). A aplicação inicial ocorreu no ano de 2020, no total de R\$ 80 milhões.

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST

No período, as despesas relativas ao contrato firmado com o Instituto de Tecnologia, para prestação de serviços integrados de *datacenter* com virtualização de servidores, infraestrutura de banco e armazenamento de dados, monitoramento, backup e serviços de telecomunicações para acesso à internet, e interconexões de rede; somaram R\$ 69 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2021).

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES)

A Administração aprovou, em 29 de junho de 2022, a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, que tem por objeto o acesso às informações de atos arquivados de clientes, pelo custo estimado anual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O acordo não foi formalizado no ano de 2022, por decisão da Junta Comercial. Há expectativa de formalização no primeiro semestre de 2023.

Operações contratadas por pessoas ligadas ao pessoal chave da administração

Não há operações de crédito vigentes contratadas por administradores do banco.

NOTA 21 - GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

A gestão dos riscos e capital do BANDES busca assegurar o controle adequado de suas atividades de forma a obter o melhor retorno possível relativamente ao nível de risco que o banco está disposto a assumir.

A descrição da estrutura de gerenciamento de capital é divulgada juntamente com as informações sobre gestão de riscos no Relatório de Pilar 3, no seguinte endereço: <https://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show/70/Gestao-de-Riscos>.

NOTA 22 - DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS

A Declaração de Appetite por Riscos (*Risk Appetite Statement - RAS*) consiste em uma definição formal do conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas de risco, que expressam o apetite por risco da Instituição. A RAS descreve os níveis de apetite a que o BANDES está disposto a assumir, para os principais tipos de riscos aos quais está exposto, bem como a capacidade da instituição em gerenciá-los de forma efetiva e prudente, discorrendo sobre a estrutura de abordagem para a gestão dos mesmos, em consonância com os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que o BANDES atua.

NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* - GERCI e Auditoria Interna - AUDIT.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* - GERCI, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a auto avaliação dos riscos e controles internos.

NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO E DO IRRBB

O BANDES define o Risco de Mercado como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo BANDES, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros. O BANDES avalia a suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), sendo utilizada a metodologia do NII, que é definido como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O BANDES não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* - GERCI, Comitê de Crédito - COCRE, Auditoria Interna - AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES.

A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* - GERCI, Gerência Financeira - GEFIN e Auditoria Interna - AUDIT.

NOTA 27 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital, está sujeito à regulamentação do BACEN, e é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de

suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, Gerência de Controladoria – GECON e Gerência de Planejamento e Processos – GEPLA.

NOTA 28 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Com o objetivo de minimizar os riscos de natureza social, ambiental e climática, o BANDES adota como regra somente realizar negócios com organizações e pessoas que estejam regulares quanto aos aspectos ambientais. O controle do risco socioambiental se dá por ações preventivas na análise das solicitações de financiamento, através da verificação da situação de regularidade ambiental do cliente/projeto, bem como pelo estabelecimento de cláusulas contratuais de cunho socioambiental, que visam resguardar o Banco quanto a eventuais infrações cometidas pelos tomadores de recursos ou seus prepostos ou, ainda, pelos prestadores de serviços terceirizados do BANDES. O processo de análise contempla também critérios de exclusão, verificação de CNAE's e seu potencial risco ESG, avaliação da governança e capacidade de gestão, que definem situações as quais, caso identificadas, impedem o BANDES de iniciar ou manter relação comercial com o cliente, e além de diretrizes para o acompanhamento da regularidade ambiental de projetos considerados como sendo de risco socioambiental mais relevante.

A gestão de riscos de natureza social, ambiental e climática do BANDES é compatível com o porte, a natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e princípios da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC. Para garantir a efetividade desta política, além do Diretor Responsável, compõem a estrutura de governança do Banco para tratar dos aspectos de natureza social, ambiental e climática o Conselho de Administração (CONAD), a Diretoria Executiva (DIREX) e a Auditoria Interna (AUDIT).

NOTA 29 - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e Resolução BACEN nº 02/2020, o BANDES realiza regularmente teste de sensibilidade somente na carteira bancária, uma vez que não possui carteira de negociação. A metodologia para realizar o teste de estresse é a Análise de Sensibilidade de IRRBB, que permite avaliar o impacto decorrente de variações das taxas de juros, considerando aumento de 1%, 25% e 50% respectivamente na taxa do indexador do risco no resultado de intermediação financeira.

Para a construção dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram consideradas as condições existentes em 31/12/2022. No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Fatores de Risco	12/2022		
	Cenários		
	1 Situação Provável 1%*	2 Situação Possível 25%*	3 Situação Remota 50%*
SELIC	(225)	(5.925)	(12.286)
DI	(211)	(5.581)	(11.610)
Juros Pré	(30)	(800)	(1.656)
IPCA	(13)	(342)	(732)
TJLP	(3)	(74)	(154)
Outros	1	28	59

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI e Auditoria Interna – AUDIT.

NOTA 30 - COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

30.1. Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de taxas de administração de fundos, análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
OUTROS SERVIÇOS	832	1.613	1.535
FUNDAP	56	76	52
FUNDEPAR	1.653	3.293	3.683
FUNDES	1.761	3.517	4.660
FUNDESUL-PK	426	857	853
FUNSAF	12	54	23
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	495	977	927
FUNCITEC	498	698	374
PSA FUNDÁGUA	503	1.401	1.027
FUNDO DE AVAL BANDES	328	655	592
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO - FPE	2.828	4.961	1.766
FGP - ES	87	144	216
RENOVA – SPREAD S/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO	230	425	76
FUNSES – FUNDO SOBERANO	1.250	1.792	-
Total	10.959	20.463	15.784

30.2. Despesas de pessoal

	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
Honorários	(1.493)	(2.808)	(2.377)
Benefícios	(4.091)	(7.642)	(7.261)
Encargos sociais	(4.892)	(9.353)	(8.621)
Proventos	(10.687)	(20.506)	(18.499)
Treinamento	(152)	(249)	(91)
Bolsa auxílio estágio	(750)	(1.394)	(1.126)
Total	(22.065)	(41.952)	(37.975)

30.3. Outras despesas administrativas

	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
Água, energia e gás	(299)	(767)	(842)
Aluguéis	(12)	(26)	(40)
Comunicações	(49)	(115)	(119)
Manutenção e conservação de bens	(583)	(1.154)	(812)
Material	(6)	(16)	(19)
Processamento de dados	(1.189)	(1.805)	(1.134)
Promoções/relações públicas	(716)	(1.220)	(519)
Propaganda e publicidade	-	(336)	(355)
Publicações legais	(20)	(239)	(89)
Seguros	(5)	(9)	-
Serviços de vigilância	(195)	(387)	(356)
Serviços do sistema financeiro	(348)	(680)	(703)
Serviços de terceiros	(136)	(262)	(332)
Serviços técnicos especializados	(1.582)	(3.218)	(2.958)
Transportes	(113)	(220)	(154)
Viagem no país/exterior	(138)	(232)	(94)
Despesas com processos judiciais	(1.461)	(4.377)	(2.327)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, etc.)	(156)	(301)	(521)
Amortização e depreciação	(805)	(1.572)	(1.270)
Total	(7.813)	(16.936)	(12.652)

30.4. Despesas tributárias

	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
PIS	(412)	(751)	(587)
COFINS	(2.537)	(4.622)	(3.614)
ISSQN	(635)	(1.199)	(979)
IPTU, Taxas	(37)	(72)	(68)
Total	(3.621)	(6.644)	(5.248)

30.5. Outras receitas operacionais

	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
Recuperações de encargos e despesas	683	2.467	2.065
Reversão de provisões judiciais, previdência privada e PDV	8.072	11.389	2.497
Atualização monetária equalização de juros BNDES/Pronaf	99	99	-
Atualização SELIC s/ tributos a compensar	5	13	127
Atualização depósitos judiciais	40	85	185
Outras rendas operacionais	1	12	696
Total	8.900	14.065	5.570

30.6. Outras despesas operacionais

	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.298)	(3.222)	(5.346)
Provisão para indenizações trabalhistas PDI/PDVE	-	(11)	(20)
Provisão para multas por inadimplência técnica	-	-	(2.725)
Outras despesas operacionais	(4.133)	(4.147)	(364)
Descontos Concedidos em renegociações	(3)	(5)	-
Despesas com utilização SISBACEN	(9)	(18)	(19)
Variação cambial em moeda estrangeira	9	(9.660)	-
Total	(5.434)	(17.063)	(8.474)

30.7. Resultado não operacional

	2º Sem 2022	12.2022	12.2021
Resultado na alienação de valores e bens	(317)	(467)	(1.222)
Reversão de provisões de outros valores e bens	99	104	4.782
Outras rendas não operacionais	1.039	1.889	408
Desvalorização de outros valores e bens	(2.176)	(2.298)	(2.149)
Perdas em ações e cotas	-	1	-
Reversão de provisões para perdas em ANFMV	233	826	-
Despesas com ativo não financeiro mantido para venda	-	-	(120)
Total	(1.122)	55	1.699

30.8. Participações nos lucros e resultados

A provisão para participações nos lucros e resultados é definida em convenção coletiva de trabalho celebrado entre FENABAN, Sindicato dos Bancários do Espírito Santo e BANDES.

NOTA 31 - OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados para as edificações cobrem riscos de incêndios, raios, explosões e outros riscos relacionados a imóveis. As apólices vigentes estipulam valor máximo total de cobertura de R\$ 25.179 (R\$ 25.179 em 31 de dezembro de 2021).

31.2. Limites operacionais

Índice de Basileia

Representa a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), conforme Resoluções n.º 4.955/2021 e n.º 4.958/2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, demonstrando a solvência do banco. Na tabela a seguir informamos os principais indicadores do BANDES em 31/12/2022. Todos os indicadores foram calculados em conformidade com as normas em vigor.

Indicador	Mínimo requerido	
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA* (R\$ mil)	382.364	-
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (R\$ mil)	315.364	-
Índice de Basileia (%)	29,67%	10,50%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA*	29,67%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	29,67%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

31.3. Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

31.4. Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011.

31.5. Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 02/2020 dispõe que deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do banco e não esteja previsto para correr com frequência nos exercícios sociais futuros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve resultados não recorrentes.

31.6. Evento subsequente

Evento subsequente que gerou ajustes nas demonstrações financeiras. No período, houve o reconhecimento de evento subsequente à do relatório financeiro, decorrente de cliente específico com condições creditícias preexistentes a 31 de dezembro de 2022, que teve seu pedido de recuperação judicial deferido em janeiro de 2023. Foi feito o reforço na provisão para créditos de liquidação duvidosa para cobertura de cem por cento da exposição ao grupo econômico do cliente, com impacto em resultado de R\$ 9.475 mil.

NOTA 32 - PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS DO CPC E NORMATIVOS CMN E BACEN

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

CPC	Assunto
00 (R2)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas
06 (R2)	Arrendamentos
10 (R1)	Pagamentos Baseados em Ações
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
33 (R1)	Benefícios a Empregados
41	Resultado por ação
46	Mensuração do Valor Justo
47	Receita de contrato com cliente

Adicionalmente, lista-se abaixo, os principais normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil com objetivo de reduzir assimetrias em relação aos padrões contábeis internacionais:

Resolução CMN nº 3.533/2008 – Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução CMN nº 4.534/2016 e Resolução CMN nº 4.535/16 - Dispõem sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução CMN nº 4.747/2019 – Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda.

Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 – Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

Resolução CMN nº 4.966/2021 - Dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações

de proteção (contabilidade de hedge), pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A norma busca a convergência do COSIF aos requerimentos da norma internacional IFRS 9.

NOTA 33 - RESUMO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

Em atendimento à determinação do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Administração aprovou o plano de implantação da norma, conforme resumo abaixo:

As atividades de avaliações de impactos em sistemas e processos do banco estão consubstanciadas no plano de implantação que será revisado e desenvolvido com o apoio empresa de consultoria especializada contratada no ano de 2022, e estão distribuídas nas seguintes etapas:

Nivelamento conceitual e normativo para capacitar tecnicamente os membros do projeto e qualquer empregado que realize atividades que poderão ser impactadas pelas alterações normativas;

Alinhamento entre equipe do projeto e consultoria contratada para interação entre as equipes e intercâmbio de informações sobre processos, sistemas e operações;

Elaboração de diagnóstico para implantação da Resolução CMN nº 4.966/21 com objetivo de estudar as políticas, normas internas, modalidades e instrumentos financeiros, processos operacionais e informatizados para identificação de pontos de não aderência à Resolução CMN nº 4.966/21;

Diagnóstico para proposição de adaptações, ajustes e/ou desenvolvimentos para o processamento das rotinas: provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia simplificada, classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, apropriação de receitas e encargos, cálculo da taxa efetiva de juros, apuração do valor presente provável de realização de garantias ou colaterais, entre outras;

Formalização/desenvolvimento dos modelos de negócios praticados para a gestão dos ativos financeiros com enquadramentos nas categorias Custo Amortizado (CA), Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR);

Revisão da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e desenvolvimento metodologia de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; Assessoramento geral nas adaptações, readequações, transformações e desenvolvimentos de normas internas, políticas contábeis, processos e sistemas, indicados no plano de implantação revisado; Treinamento e transferência de conhecimento.

Considerando que a norma inicia a vigência em 01 de janeiro de 2025, a Administração estima que todos os requisitos de implementação estarão desenvolvidos até 31 de agosto de 2024. E o período de junho a dezembro, será utilizado para testes de sistemas e validações de relatórios e requisitos de auditoria externa independente.

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCELO BARBOSA SAINTIVE
Diretor-Presidente

MARCOS KNEIP NAVARRO
Diretor de Negócios

CLAUDIO ROBERTO SAADE
Diretor Operacional

SÁVIO BERTOCHI CAÇADOR
Diretor de Administração e Finanças

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Pires Dias – Presidente
Marcelo Barbosa Saintive - Vice-Presidente
Alexandre Pedercini Issa
Geraldo Lorencini

Leonardo Galazzi Zanotelli
Sandra Regina Pimenta
Claudeci Pereira Neto

COMITÊ DE AUDITORIA

Rodolfo Amorim de Angelo
Flávia Fardim Antunes Bringhamti
Kayo Alves Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Alberto Farias Gavini Neto
Eduardo José de Souza
Victor Murad Filho
José Alexandre Rezende Bellote

CONTADOR

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2022**Aos Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO CONTROLADA PELO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Avenida Princesa Isabel nº 54 – Edifício Caparaó – Centro – Vitória/ES – CEP. 29.010-906
CNPJ(MF) nº 28.145.829/0001-00 – Site: www.bandes.com.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES** ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES** ("Banco") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (BACEN).

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no

contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, há descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis do Banco.

3.1) Governança de Tecnologia da Informação

Considerando a natureza e complexidade de suas operações, o Banco depende do funcionamento perfeito da inteligência artificial de sua estrutura sistêmica e da governança da tecnologia da informação. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a processos e controles que suportam o processamento do sistema de tecnologia existente, podem, eventualmente, ocasionar processamento impreciso ou incorreto de informações de natureza crítica, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Diante do exposto, consideramos a governança do ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Como parte dos procedimentos específicos destinados à auditoria de sistemas informatizados, processamento e consolidação de dados que integram a área de governança de tecnologia da informação, conduzimos através de nossos auditores de sistemas computacionais, uma avaliação de forma remota, através da triangulação de dados dos produtos/relatórios gerados de modo que a partir do nosso exame, foram avaliados os sistemas utilizados pelo Banco em sua integração com o sistema contábil. Como consequência de tal procedimento, constatamos um relativo risco associado ao retrabalho mediante planilhas eletrônicas que fragmentam e fragilizam a eficácia dos controles internos planejados para a operacionalização de seus objetivos sociais.

Para suprir aludido risco, efetuamos testes dos controles gerais e, quando aplicável, testes nos controles compensatórios de tecnologia da informação para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, principalmente, aos processos de gestão dos contratos de Operações de Crédito. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevantes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

Como consequência, alteramos nosso planejamento de auditoria, modificando a natureza,

época e extensão de alguns dos nossos procedimentos substantivos aderentes aos saldos de algumas rubricas contábeis, de modo a obtermos, por esses meios, evidências de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos acerca das demonstrações contábeis. Por conseguinte, considerando as oportunidades de melhorias para o ambiente de tecnologia, governança sobre acessos a sistemas e gestão de mudanças, consideramos que os controles em uso são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

3.2) Provisão para perdas sobre as operações de crédito (Nota Explicativa nº 07)

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Aludido julgamento é significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 07, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto da carteira expandida sujeita ao risco de crédito é de R\$ 468.695 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas de créditos esperadas de R\$ 93.376 mil. Consideramos esse assunto/procedimento como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Efetuamos uma releitura dos controles internos implementados a fim de atualizarmos-nos em relação ao desenho, funcionamento e níveis de compliance aportados aos processos mais relevantes relacionados: (i) ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito; (ii) análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas; (iii) a avaliação, com o apoio de especialistas, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela administração para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito; (iv) a verificação da base documental adotada pela administração para o processo de determinação da provisão para perda esperada; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº 07 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

4) Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração do Banco é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria Independente – RAI, foi emitido em 21 de fevereiro de 2022, sem modificação de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Vitória/ES, 15 de março de 2023.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029 – CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador – CRC/PE 010483/O-9 “S” ES

Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira

Contador – CRC/PE 028157/O-2 “S” ES

CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira

Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” ES

CNAI 4850

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DATA BASE 31.12.2022

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria foi instituído no BANDES em outubro de 2018 em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e ao Estatuto Social da instituição. Entrou em funcionamento observando ainda o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/2004 (revogada a partir de 01/01/2022 e substituída Resolução CMN nº 4.910/2021) e seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de junho de 2018.

O Comitê é órgão estatutário com funcionamento permanente, composto por três membros, em sua maioria, independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo. O Comitê de Auditoria se reporta diretamente ao Conselho de Administração e desempenha suas atribuições com autonomia e independência, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são realizadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

O Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade de eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos e na avaliação da efetividade dos trabalhos das auditorias interna e da independente.

A Administração do BANDES é responsável pela elaboração, divulgação e integridade das Demonstrações Financeiras, pela adoção das melhores práticas de sistemas de controles

internos e procedimentos, de modo a garantir a observância às Normas Contábeis Brasileiras e legislação aplicável.

O BANDES define em seu Estatuto Social que o Comitê de Auditoria acumula as atribuições previstas pela lei nº 13.303/2016 para que um comitê estatutário verifique a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, chamado Comitê de Elegibilidade.

2. ATIVIDADES

O Comitê de Auditoria realizou seis reuniões ordinárias no segundo semestre de 2022 e treze no ano, com pautas específicas previstas em seu plano de trabalho. Nestas reuniões, estiveram presentes representantes das áreas da gestão de risco, controles internos e da contabilidade, e quando pertinentes, foram feitas recomendações de melhoria nos processos, além de acompanhamento de ações em desenvolvimento.

Quanto à atribuição do Comitê de Elegibilidade, não houve reunião no ano de 2022.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos do Comitê, para acompanhar o Relatório de Acompanhamento das Recomendações de Auditoria – Follow Up, conhecendo os apontamentos, as ações corretivas apresentadas e o nível de execução dos planos de ação propostos. Aprovou os relatórios de trabalhos específicos produzidos, conforme estabelecido no Plano de Atividades de Auditoria Interna, verificando e acompanhando as recomendações.

O Comitê avaliou positivamente a qualidade e efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna.

Quanto à Auditoria Independente, o Comitê analisou os resultados dos trabalhos e as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022, cujos relatórios foram apresentados sem ressalvas.

O Comitê avaliou como adequada a independência na execução dos trabalhos da Auditoria Independente.

4. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

O Comitê analisou os relatórios de atividades semestrais da Ouvidoria e do Canal de Denúncias, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê analisou o Relatório Semestral das transações com partes relacionadas realizadas pelo BANDES e concluiu que foram realizadas de acordo com a Política de Transações com partes relacionadas e demais situações de conflito de interesse. Não foram identificadas violações aos normativos que regem o assunto.

6. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Como parte do programa de trabalho, o Comitê avalia a qualidade e a suficiência dos sistemas de controles internos da instituição. Analisou os principais processos e julgou positivamente os esforços que estão sendo empreendidos para melhoria da estrutura de controles internos da organização.

O Comitê analisou os relatórios integrados de riscos elaborados trimestralmente pela área de riscos da instituição e não identificou a existência de riscos que pudessem impactar, de alguma forma, a elaboração das demonstrações financeiras.

7. CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E NORMAS E CONTROLES INTERNOS

O Comitê de Auditoria considera que, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, e nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, não foram apontadas ocorrências que implicassem no descumprimento da legislação e das normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

8. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Comitê manifestou-se favoravelmente quanto aos procedimentos empregados no processo de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas, relatórios financeiros e da administração referentes ao 2º semestre e exercício de 2022, enfatizando a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e o regimento do Banco Central do Brasil. Analisaram as demonstrações financeiras, o relatório da administração e relatório final dos auditores independentes, sem ressalvas, e opinaram, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração.

9. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria e Elegibilidade do BANDES, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, e em decorrência de avaliações fundamentadas nas informações recebidas pela Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento dos controles internos e riscos, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, declara que não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, bem como afetar a confiabilidade de suas Demonstrações Financeiras auditadas, relativas ao 2º semestre e exercício de 2022. Com base nessas considerações, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES S.A. relativas ao exercício de 2022.

Vitória (ES), 17 de março de 2023.

RODOLFO AMORIM DE ANGELO

Coordenador

FLAVIA FARDIM ANTUNES BRINGHENTI

KAYO ALVES RIBEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no exercício de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das demonstrações financeiras relativas ao 2º semestre e exercício social de 2022, devidamente auditadas pela AUDIMEC - Auditores Independentes S/S, conforme Relatório de 15.03.2023, sem ressalvas. Concluiu que os citados documentos, examinados à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, apresentam adequadamente em seus aspectos relevantes, a posição econômica, financeira e patrimonial do BANDES, e opina pela sua aprovação.

Vitória, 21 de março de 2023.

JOSÉ ALEXANDRE REZENDE BELLOTE

Presidente do Conselho Fiscal